



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 22/12
PROCESSO AL – 137/12
AUTOR(A): DEP FÁBIO NOVO
RELATOR (A): Dep^a. BELÊ

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 24/04/12
<i>[Assinatura]</i>
Presidente da Comissão
<i>[Assinatura]</i>

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhamos e esta relatoria a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal. A referida proposição **Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Tratamento da Síndrome de Burnout para os professores da rede pública do Estado do Piauí.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, da Constituição Estadual combinado com os arts. 96, inciso I, alínea "b" e 105, do Regimento Interno.

Não se há de falar em invasão de competência privativa do Executivo ou qualquer hipótese de inconstitucionalidade, uma vez que a presente proposição reveste-se de caráter meramente autorizativo, não se mostrando inconstitucional qualquer tipo de projeto de lei dito autorizativo, já que estes gozam de apoio doutrinário, jurídico e legal no sentido de que a iniciativa do Legislativo, nesses casos, não configura ingerência em matérias de atribuição do Executivo, mas sim prova da colaboração real entre Poderes autônomos e harmônicos, que podem e devem alertar-se mutuamente sobre a necessidade da prática de certos atos.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 15 de março de 2012.**

[Assinatura]
Dep^a. **BELÊ**
Relatora

[Assinatura]



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Admin. Pública

para os devidos fins.

Em 05 / 04 / 13

Elwagys

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Federais

Ao Deputado Beto Medeiros

para relatar.

Em 09 / 04 / 13

Devario

Presidente Comissão de Administração
Pública



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 22/2012
PROCESSO AL - 137/12
AUTOR: *DEP. FÁBIO NOVO*
RELATOR: *DEPª. BELÊ MEDEIROS*

APROVADO À UNANIMIDADE
em, 19/06/13
Presidente da Comissão de
Adm. Pública

*Transformado em
Indicativo*

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe que **Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Tratamento da Síndrome de Burnout para os professores da rede pública do Estado do Piauí.**

A proposição foi aprovada na Doutra Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade constitucionalidade e de boa técnica legislativa.

A competência privativa do Governo do Estado é executar as políticas estaduais, na forma da Lei, visando a realização dos objetivos do Estado, bem como, dispor sobre a organização, o funcionamento, a reforma e a modernização da Administração Estadual (art. 102 e Incisos da Constituição Estadual). O mesmo diploma legal ainda dispõe que são vedados o Início de Programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual (art. 180, Inciso I).

II – VOTO DO RELATOR

Uma vez que a proposição ao se transformar em norma jurídica virá beneficiar a população do Piauí opino pela aprovação como Indicativo.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 29 de abril de 2013.

Belê
DEPª. BELÊ MEDEIROS.